

005/2022

Aos oito dias do mês de junho de 2022 às 09:00 horas no auditório do Centro Administrativo Dirceu Pavoni, na Rua Maurício Rosemann, 15 – Cachoeira, foi realizado a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município de Almirante Tamandaré. A decisão pela retomada das reuniões em formato presencial foi tomada pelos conselheiros e só foi possível devido à diminuição no número de casos da COVID-19 no município. A vice-presidente Irmã Bruna deu abertura à reunião, acolhendo a todos, justificando a ausência do presidente Lindomar por motivos de saúde de familiar e pedindo a todos que se apresentassem, uma vez que estavam presentes muitos agricultores e alguns representantes da CAISAN, a convite do COMSEA em ofício expedido aos mesmos. Em sequência, passou a fala para a Tatiana abordar a primeira pauta prevista. Tatiana explicou que na reunião do dia iríamos debater sobre uma das propostas do Plano de SAN municipal, que é o incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos. Tatiana explicou que essa proposta surgiu das últimas Conferências Municipais de SAN realizadas no ano de 2017 e 2019. Citou a importância de abordar esse tema, uma vez que o Estado do Paraná tem uma lei vigente que até o ano de 2030 toda a alimentação escolar estadual proveniente da agricultura familiar será orgânica, sendo que se os agricultores acabarem não se adaptando, poderão perder um local de escoamento da produção. Estavam presentes na reunião 5 produtores orgânicos. Tatiana comentou que cada vez mais os poderes públicos têm criado leis que incentivam os orgânicos. Ela também comentou que o diálogo de hoje tem como objetivo apresentar esses pontos a todos os agricultores para que no futuro eles não acabem sendo surpreendidos com alguma informação e venham a ser prejudicados. Após essa fala, os agricultores começaram a expressar suas razões para o fato de serem produtores orgânicos ou serem convencionais. O debate foi meio acalorado e precisou ser conduzido algumas vezes. Um agricultor disse que não há produção orgânica suficiente para suprir a demanda de alimentar toda a população. Que os agricultores plantam pois precisam de renda, e que se forem migrar para o orgânico, muitos vão acabar mudando de profissão. Outro agricultor comentou que ele acredita que daqui uns anos muitos agricultores irão se tornar orgânicos ou pelo menos irão diminuir a quantidade de agrotóxicos, pois o preço desses produtos está elevado demais. Trouxe também a preocupação de que os agricultores estão velhos e que os jovens não querem saber da atividade no campo. Querem ir para a cidade. Isso irá fazer com que daqui uns anos não tenha quem produzir. Um dos agricultores disse que o

Estado do Paraná é um dos mais chatos para a compra de defensivo agrícola. Precisa justificar o motivo da compra, onde vai usar, quantidade, local. Recebem um respaldo técnico do produto aprovado e que isso assegura o seu uso. Explicou que a diferença entre defensivo e veneno é a dose utilizada. Relatou que com defensivo agrícola já é difícil realizar a produção de alguns itens, imagine sem nada. Que isso é viável apenas para pequena produção. Disse também que esteve em reunião na secretaria de Estado da educação e comentaram sobre a lei da alimentação 100% orgânica na rede estadual. Que um dos representantes do Estado comentou que se até 2030 eles atingirem 25%, já é um grande feito. Comenta também sobre a necessidade de migração da terra para a produção orgânica. Que esse processo pode demorar 2 anos e que o agricultor ficaria sem plantar nesse período e com isso sem renda. Além disso, alguns agricultores plantam em terrenos arrendados, iriam preparar a terra e a qualquer momento poderiam ter que mudar de propriedade. Uma das agricultoras orgânicas disse que esse período de transição pode ser menor do que 2 anos (até 6 meses). Que você passa por análise e é certificado. Não pode utilizar insumos que prejudiquem o solo mas que pode continuar plantando e vender sua produção como convencional enquanto não finaliza a migração. Continuou falando que é preciso pensar no meio ambiente, pois este está dando sinais de que precisa de auxílio. Uma das agricultoras disse que 50% dos agricultores que plantam orgânico em Almirante Tamandaré, possuem outra fonte de renda. Relatou que eles são a última geração de produtores e que é mais fácil os jovens de hoje se sustentarem na cidade ao invés de no campo. Disse que é preciso aumentar o incentivo para que o jovem permaneça no campo. Também trouxe para debate que algumas vezes o problema de se tornar orgânico, é o vizinho continuar sendo convencional. Tatiana reforçou que a ideia da reunião não é transformar nenhum agricultor em orgânico ou em convencional, mas mostrar os dados, possibilitar o debate e colocar o COMSEA a disposição para encaminhamentos necessários. Mostrou preocupação com essa questão dos jovens não estarem motivados a ficarem no campo. Trouxe para debate como o conselho poderia ajudar nessa questão. Alguma lei municipal? Continuou a fala dizendo que atualmente não há uma lei imediata que defina essa obrigatoriedade de aquisição dos orgânicos, mas sim leis que garantam a preferência de compra. Mas e se um dia algum órgão decidir que só irão comprar orgânico? Como o agricultor irá proceder? Se ele não se adequar, pode acabar perdendo espaço de escoamento de produção. Perguntou se a retirada total de agrotóxicos é difícil, como o agricultor poderia reduzir o seu uso? Usar o mínimo. Um dos agricultores disse que não usa defensivo agrícola de bonito. Que são fiscalizados, precisam apresentar vários

dados para compra, que se não cumprirem as ordens, podem sofrer multas pesadas. Disse que dos produtores orgânicos cadastrados na APAAT, apenas 5 entregam para o PNAE. Durante o debate, é possível perceber grande resistência de alguns agricultores no assunto. Outro agricultor disse que é difícil plantar alguns alimentos sem defensivo agrícola. Que eles usam só quando é necessário e que não querem prejudicar as crianças na alimentação. Outro agricultor disse que muitos pararam de plantar hortaliças e migraram para os grãos, pois são mais fáceis. Ícaro pediu a fala e resgatou a importância do debate e de estarmos aqui. Que este é um conselho de segurança alimentar e nutricional, que há um plano de SAN para ser colocado em prática. Ele acredita que dentro do plano, uma das principais ações é a viabilização e construção de um restaurante popular no município. Trouxe que dentro do plano de SAN uma das ações é o incentivo a produção orgânica, sendo que cada ação humana, contribui para a poluição. Devido a isso, precisamos poluir menos. Reforçou a fala de um dos agricultores que trouxe que muitos convencionais estão quase se tornando orgânicos devido ao preço elevado dos defensivos agrícolas. Que agricultores devem cobrar do poder executivo ações para incentivarem essa migração do convencional para o orgânico. Quem sabe pensar em um programa fome zero municipal. Quem sabe substituir o produto químico e manter apenas o adubo. Pensar em um rótulo para colocar nos produtos onde o agricultor está diminuindo defensivo agrícola ou já não usa mais. Comentou que irão à Lapa com alguns agricultores familiares do município em parceria com a prefeitura que irá disponibilizar um ônibus para visitar uma biofábrica, onde nesse local o produtor diminuiu em 90% o uso de agrotóxico. Sandra comentou que já foi realizada uma reunião com o Doutor Márcio do Ministério Público e que esse cobrou o município sobre quais ações estão sendo desenvolvidas no município para incentivar a produção de orgânicos, e por isso a importância do debate promovido nesta reunião. Disse que estão montando um sistema de rastreabilidade do produto, onde será possível ter várias informações antes da compra do alimento. Concordou que muitas pessoas querem sair do campo, mas que também há aquelas pessoas fazendo o caminho inverso. Márcio trouxe para debate a possibilidade de que nos próximos editais elaborados pelo poder público houvesse algo para pagar um valor a mais para aquele produtor que está fazendo a transição para o orgânico ou que está diminuindo o uso de defensivo agrícola. Trouxe também que é importante este debate para que no futuro o agricultor não venha a ficar sem local para entregar sua produção. Algo que foi debatido entre todos é que lentamente essa transição vem acontecendo devido ao aumento do preço dos produtos utilizados para este fim. Eliane aproveitou para comentar a

respeito do ofício que a secretaria da ação social recebeu, referente a informar qual a área de maior vulnerabilidade social no município para a construção do restaurante popular. Disse que ainda não enviaram a resposta, pois o responsável pelas informações estava em treinamento externo nos últimos dias, mas que irão realizar o levantamento dos dados e dar um retorno ao conselho. Comentou também sobre o retorno do programa prato amigo. Que esta ação retornou inicialmente no Jardim Apucarana, mas que irá acontecer em mais 4 locais, onde com isso será oferecida 1 vez na semana uma refeição de qualidade aos munícipes em vulnerabilidade social. Disse que neste primeiro momento estão trabalhando com doações de alimentos. Alguns agricultores se interessaram em saber como podem doar alimentos, caso tenham os mesmos sem mercado para venda. Produtores orgânicos relataram que ficaram felizes em saber que os demais (convencionais) pensam em reduzir o uso do agrotóxico. Também comentaram que para produzirem o orgânico, precisam pagar valores altos nos insumos biológicos que utilizam. Produtores orgânicos comentaram sobre o Grupo Manancial, explicando sobre as reuniões e abriram as portas para receberem todos. Como encaminhamentos da reunião, foi sugerido por uma agricultora que a forma de garantir a permanência do agricultor no campo é a garantia de local para venda dos produtos, que quando houver o restaurante popular, pensar em algo para compra dos alimentos dos agricultores locais, pensar em um PAA municipal que adquira alimentos preferencialmente orgânicos, pensar em como incentivar que os jovens permaneçam no campo. Foi levantado que essa dificuldade da fixação do jovem no campo é notada em outras cidades também, e que tanto os filhos de agricultores convencionais quanto de agricultores orgânicos apresentam a mesma semelhança. Foi pontuado a importância de se fortalecer a educação do campo incentivando e valorizando os agricultores junto aos educandos e de criação de políticas de incentivo a permanência do jovem no campo. De forma a prever como editais de aquisição de alimentos da agricultura familiar poderiam pagar um valor maior a alimentos que fossem produzidos com redução de agrotóxicos, foi debatido como conseguir uma certificação que comprove que o agricultor está reduzindo a quantidade de defensivo agrícola ou que zerou o uso e utiliza apenas o adubo. Será que o IDR pode auxiliar neste ponto? A prefeitura? Agricultores orgânicos comentaram como é o processo de certificação deles. Uma agricultora convencional apresentou a dificuldade de previsão de colheita e produção dos alimentos o que inviabiliza muitas vezes a entrega do alimento planejado na semana ao PNAE. Questionou o motivo de não poderem trocar itens ou entregar quantidades distintas das planejadas. Tatiana explicou que a prefeitura precisa seguir quantidades previstas em

contratos e em cada empenho de autorização de compra emitido, e por isso é importante que agricultores familiares não se tornem dependentes do mercado institucional, pois nem sempre o mesmo conseguirá absorver toda a produção local. Dr André reforçou que a administração pública precisa sempre cumprir a legalidade em todos os seus atos. A segunda pauta prevista era a exposição do andamento da execução do Programa Alimenta Brasil (PAB) que havia ficado pendente da reunião anterior, a qual foi realizada pelo Márcio que apresentou que o valor de execução do programa nesta proposta é de aproximados 390 mil reais e que até o momento o programa foi executado em quase 50%. Atende a 23 instituições e 83 agricultores familiares, sendo apenas 3 orgânicos demonstrando a dificuldade de aquisição de tais alimentos. Márcio também comentou que abriu o edital do Programa Compra Direta Estadual do Paraná. Que no período da tarde ele iria verificar o edital e realizar os encaminhamentos necessários. Sem mais, Irmã Bruna encerrou a reunião. A próxima reunião ficou agendada para o dia 20/07 às 09:00 no Auditório do Centro Administrativo do Cachoeira com pauta prevista de acompanhamento das ações de SAN relacionadas a Secretaria Municipal da Saúde.